

Formação em saúde e colonialidade: revisão integrativa de uma interface problemática

Health training and coloniality: integrative review of a problematic interface

Guilherme Augusto Souza Prado¹, Artur Rocha Domingos²

Como citar esse artigo. PRADO, G.

A. S. DOMINGOS, A. R. Formação
em saúde e colonialidade: revisão
integrativa de uma interface
problemática. *Mosaico - Revista
Multidisciplinar de Humanidades*,
Vassouras, v. 16, n. 1, p. 56-68, jan./
abr. 2025.

Resumo

Este artigo objetiva problematizar a colonialidade e os tensionamentos das perspectivas decolonial e descolonial na formação e atuação em saúde. Para isso, realizamos uma revisão integrativa com 19 artigos científicos, publicados entre de 2013 a 2023 na Biblioteca Virtual em Saúde, que contemplam nossa proposta de investigação. Os resultados evidenciam a necessidade de descolonizar o campo da saúde em uma atitude crítica aos saberes hegemônicos, capaz de valorizar epistemologias outras e diferentes formas de produção de conhecimento. Os artigos destacam a importância de: (1) reconhecer e questionar desigualdades históricas nas práticas de saúde; (2) promover o diálogo entre diferentes saberes; (3) desenvolver metodologias de pesquisa que valorizem as experiências e perspectivas de grupos marginalizados; e (4) formar profissionais críticos, aptos a atuar em contextos diversos.

Palavras-chave: Formação e atuação em saúde; descolonialidade; epistemologia.



Nota da Editora. Os artigos
publicados na Revista Mosaico
são de responsabilidade de seus
autores. As informações neles
contidas, bem como as opiniões
emitidas, não representam pontos
de vista da Universidade de
Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

This article aims to problematize the pervasive presence of coloniality and the tensions between decolonial and postcolonial perspectives in health education and practice. To this end, an integrative review was conducted with 19 scientific articles published between 2013 and 2023 in the Virtual Health Library, that address our research proposal. The results highlight the necessity of decolonizing the health field through a critical approach to hegemonic knowledge, embracing alternative epistemologies and diverse forms of knowledge production. The articles underscore the importance of: (1) recognizing and addressing historical inequalities in health practices; (2) fostering dialogue between different knowledge systems; (3) developing research methodologies that value the experiences and perspectives of marginalized groups; and (4) preparing critical professionals capable of working in diverse contexts.

Keywords: Health education and practice; decoloniality; epistemology.

Afiliação dos autores:

¹Doutor em Psicologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), Parnaíba, PI, Brasil.
²Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), Parnaíba, PI, Brasil.

E-mail de correspondência: guispr@ gmail.com

Introdução

A produção e a assistência em saúde, onde usuários e profissionais se conectam com diferentes mundos, são campos atravessados pelos processos de produção de subjetividades. Dessa forma, a saúde não se limita à ausência de doenças, mas envolve a construção de sentidos sobre a vida e o viver, a ação e o trabalho (Prado, 2020).

Segundo Ballestrin (2013), a colonialidade extrapola o sistema histórico-administrativo do colonialismo e se atualiza sob diversas estruturas sociais na modernidade contemporânea. Ela se desdobra em três dimensões: poder, saber e ser, que atravessam os processos sociais mais amplos e a produção de subjetivação. Logo, o colonialismo se configura como uma forma de governo, enquanto a colonialidade se operacionaliza em “[...] artes de governar que vão além das formas tradicionais de poder como repressão, opressão, violência e dominação econômica e jurídica.” (Silva *et al.*, 2023a, p. 68), a partir da governamentalidade.

Seguindo este raciocínio, nos parece estratégico problematizar as relações entre cuidado em saúde e produção de subjetividade com os estudos decoloniais. As lógicas de atenção à saúde são atravessadas pela colonialidade na medida em que “a ideia de que o dinheiro e o lucro se tornaram mediadores das relações de cuidado em saúde, a ponto de o setor saúde virar nicho de mercado” (Bezerra; Cavalcanti; Moura, 2023, p. 12). Com isso, há de se considerar os desafios de construção na contemporaneidade de políticas públicas da saúde que partem de um modelo de atenção contra-hegemônico à lógica de mercado, universal e igualitário, haja vista a

[...] escassez de estudos sobre o tema da colonialidade no campo da saúde, especialmente no SUS, ainda que já seja possível identificar um início de produção bibliográfica que, ao se expandir, poderá suprir essa lacuna na compreensão dos aspectos epistemológicos para elaboração de uma crítica epistêmica (Bezerra; Cavalcanti; Moura, 2023, p. 13-14).

Levando isso em conta, questionamos quais são os meios com que se realiza o cuidado. Se há e como funcionam alternativas não unicamente normalizadoras de cuidado, irredutíveis à concepção estritamente biomédica da saúde, que priorizem o diálogo entre campos e disciplinas, articulando a especialização à transdisciplinaridade promovendo uma horizontalização dos processos de trabalho e manejo clínico.

Assim, a perspectiva decolonial (ou descolonial, como preferem alguns autores), interfere ao nível dos valores implicados nas intervenções, nas leituras da realidade que fundamentam o cuidado em saúde, abrindo o questionamento acerca do próprio campo das práticas em saúde, irredutíveis ao objeto doença e ao indivíduo doente. Logo, os objetivos do cuidado, são problematizados e ampliados, tomados como irredutíveis a um curativismo estrito, que supostamente eliminaria o mal ou a doença, e se voltam para um horizonte emancipatório, que tomam produção de vida e produção de saúde indissociavelmente (Prado, 2020).

Atentos a isso, realizamos uma pesquisa de iniciação científica que objetivou analisar e problematizar as práticas e discursos que atravessam os processos saúde-doença, de produção de vida e do trabalho em saúde em distintos contextos da sociedade, visando compreender os efeitos ético-políticos, em termos de cuidado, das intervenções e pesquisas que orbitam a interface entre decolonialidade e saúde, publicadas em português entre 2013 e 2023. Tivemos um volume grande material analisado e, para o presente artigo, fizemos um recorte de um de nossos eixos analíticos, o dedicado à formação e atuação profissional. Com isso, objetivamos problematizar, com base na análise de artigos científicos, a presença difusa da colonialidade, assim como os efeitos dos questionamentos e tensionamentos advindos das perspectivas decolonial e descolonial, na formação e atuação em diferentes áreas da saúde.

Metodologia

O presente artigo visa problematizar os sentidos e os efeitos ético-políticos das práticas e pesquisas em saúde em suas interfaces, tensionamentos e críticas à colonialidade. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica integrativa (Mendes; Silveira; Galvão, 2008) e analisamos artigos publicados em português em periódicos eletrônicos indexados nas bases de dados da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) entre os anos de 2013 a 2023. Acessamos esses artigos buscando pela conjugação dos descritores: “decolonial” e “saúde”; “decolonial” e “saúde coletiva”; “descolonização” e “saúde”; “descolonização” e “saúde coletiva” na BVS.

Assim, após a identificação inicial do material pela correspondência dos descritores utilizados na busca, os resumos foram lidos por dois pesquisadores para análise dos aspectos relativos aos objetivos da pesquisa. Nos casos em que o resumo não permitiu a decisão a partir dos critérios adotados, realizamos a leitura na íntegra do material para decidir.

Em suma, nossa revisão integrativa da literatura baseou-se nas seis etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): formulação do problema, busca na literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento. Na primeira etapa delimitamos a questão da pesquisa e os objetivos para execução da busca de estudos. No segundo passo, realizamos a busca de dados na literatura e estabelecemos critérios de inclusão e exclusão e seleção dos estudos, selecionando artigos completos e disponíveis na íntegra que abarcassem nossos objetivos e excluindo artigos duplicados da amostra. Em seguida, averiguamos, a partir de nossos objetivos, quais os temas levantados nos artigos, os agrupamos em seções separadas por categorias de estudos. Quarto passo, realizamos a análise crítica dos estudos selecionados para presente revisão. Quinta etapa, verificamos como os debates sobre o tema se enquadram na perspectiva do cuidado em saúde (Costa-Rosa, 2013), ao passo em que discutimos as categorias temáticas que influenciam as políticas e o cuidado na área. Por fim, ao apresentar os resultados, identificamos lacunas e desafios para o campo da saúde em interface com os estudos decoloniais, buscamos problematizar os sentidos da atuação em saúde como construção política e social atravessada pela modernidade-colonialidade (Ballestrin, 2013).

Resultados

Na primeira etapa de buscas no banco de dados da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), foram identificados um total de 186 resultados utilizando as combinações dos os descritores “decolonial” e “saúde”; “decolonial” e “saúde coletiva”; “descolonização” e “saúde”; “descolonização” e “saúde coletiva”. Na segunda etapa, utilizando da mesma combinação de descritores e adicionando os filtros “produções em português” e “publicados nos últimos dez anos (2013-2023)” foram identificados 99 resultados. Para a terceira etapa da pesquisa, analisamos os resumos dos artigos da etapa anterior e selecionados 29 artigos que se relacionam com o objetivo do estudo segundo nossos critérios de inclusão e exclusão, segundo o tema, as práticas e saberes que nos dispomos a problematizar na presente pesquisa. Desses 186 artigos da amostra inicial, a leitura do resumo não foi suficiente para definirmos sua inclusão ou não no estudo de 16 artigos, que foram lidos integralmente por pares, dos quais 12 entraram para nossa amostra. No final, entraram na nossa amostra para revisão 41 artigos que foram organizadas em eixos temáticos sobre: formação e atuação profissional; política, poder e capitalismo no âmbito dos processos saúde-doença; violência, subjetividade e saúde; localização, geografia e colonialidade; relações entre raça e cultura com saúde; e, por fim, colonialidade, gênero e sexualidade.

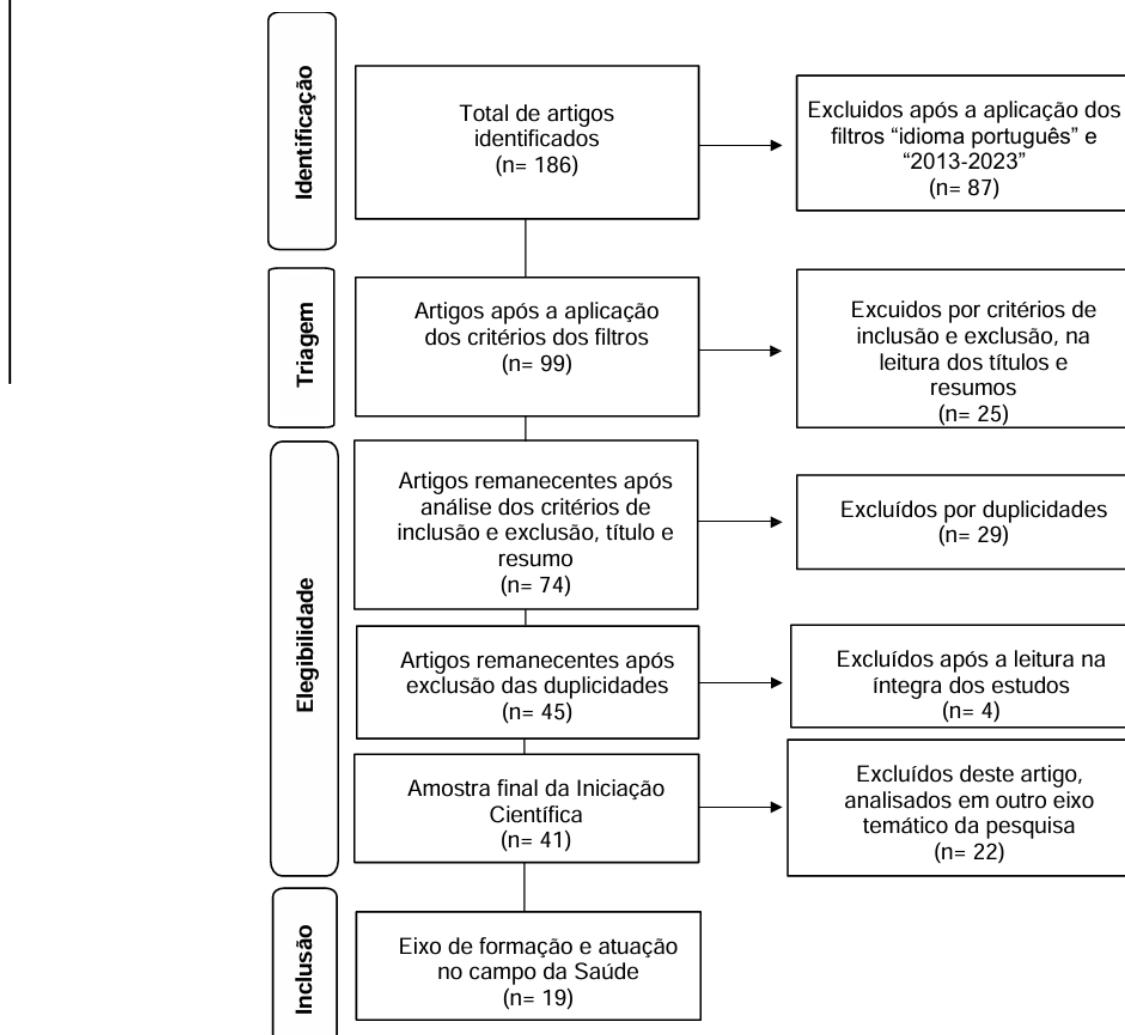


Figura 1. fluxograma dos artigos selecionados para revisão.

Fonte. Diagrama de PRISMA elaborada pelos autores, 2024.

A colonialidade e a desigualdade nas relações saber-poder para o campo da saúde

No eixo temático de formação e atuação profissional alocamos 19 artigos que discutem de maneira consistente, direta ou indiretamente, sobre as relações entre colonialidade com e a construção epistemológica desigual de saber-poder, assim como a crítica ao silenciamento e subalternização de epistemologias que não foram construídas no Norte Global, apontando para a necessidade aproximação e diálogo de diferentes epistemologias e saberes.

Os artigos que discutem sobre alternativas à lógica da colonialidade (Nascimento; Martorell, 2013; Castro; Mayorga, 2019; Lopes; Sathler, 2022) se complementam de maneiras diversas. Nascimento e Martorell (2013) exploram como a bioética de intervenção pode denunciar desigualdades sociais, entendidas como críticas e alternativas aos modos de operação da colonialidade. Nesse sentido, argumentam em defesa das populações subalternizadas (como mulheres, negras, e dissidentes do sistema sexo-gênero) a partir da compreensão das interseccionalidades de vulnerabilidade e ressaltando o papel da bioética de intervenção em denunciar as desigualdades sociais e econômicas. Nascimento e Martorell (2013, p. 425) nomeiam “colonialidade da vida” à disparidade colonial hierárquica relativa às vidas que aparecem tendo mais valor do que outras. O que, sob uma perspectiva política, ontológica e existencial, estabelece uma

hierarquia que justificaria a dominação, a submissão e a exploração em prol do avanço das formas de vida consideradas menos desenvolvidas.

Já Castro e Mayorga (2019) ampliam a discussão fazendo críticas ao universalismo eurocêntrico e enaltecedo a busca por uma psicologia pelo menos aberta às experiências e saberes de grupos marginalizados. Para isso, os autores fazem uma aproximação epistêmica-teórica-metodológica da Psicologia Social Comunitária com a decolonialidade e as pesquisas narrativas (auto)biográficas, enfatizando a problematização e desnaturalização de saberes e práticas nos campos da intervenção psicosocial comunitária. Esta interlocução seria uma alternativa aos modelos hegemônicos, decalcados da modernidade-colonial-positivista, cuja busca por compreender e intervir com sujeitos e comunidades marginalizadas inscreveria em projetos éticos-políticos de libertação feitos com epistemes de resistência contra-hegemônica. Seria uma estratégia de enfrentar e transformar os efeitos funestos das práticas da modernidade-colonialidade a partir das perspectivas de grupos subalternizados (Castro; Mayorga, 2019).

Na esteira dos estudos sobre subalternização e ecologia de saberes, identificamos que, dos 19 artigos de nossa amostra que abordam a formação e atuação profissional, 7 artigos mobilizaram o debate a respeito das chamadas Epistemologias do Sul. Esses artigos defendem que as práticas de saúde integrem saberes diversos e promovam a descolonização do conhecimento tomado pelo viés estritamente biomédico, ainda que cada saber trate de diferentes aspectos e contextos de práticas sociais de saúde, o que reflete a complexidade e multiplicidade das Epistemologias do Sul (Lopes; Sathler, 2022; Guimarães et al., 2020; Nunes; Louvison, 2020; Olivar et al., 2022; Cassiano et al., 2021; Medeiros et al., 2023; Furtado et al., 2022).

Posto isso, o artigo de Lopes e Sathler (2022) apresenta contribuições ao papel e aos compromissos ético-políticos de profissionais de Psicologia na Atenção Diferenciada à Saúde Indígena (ADSI), destacando que muitas vezes, as estratégias biopolíticas perpetuam o apagamento epistemológico e o extermínio desses grupos pelo poder-saber biomédico higienizador e colonizador sustentada pelo pensamento abissal. Assim, no entre-lugar teórico-prático ocupado por profissionais de psicologia, os autores argumentam que a diversidade dos modos de vida e organização comunitária de indígenas e não-indígenas é permeada por relações sociais complexas, dinâmicas e interdependentes onde se enfeixam a interculturalidade e as relações de poder e saber que perpassam as diferentes acepções de saúde-doença e têm impacto profundo nas práticas de saúde. Com isso, a alternativa decolonial promoveria uma orientação teórico-prática que viabiliza a coexistência dos saberes indígenas e não indígenas, buscando construir uma ecologia de saberes e práticas no cuidado em saúde, como salientam também Olivar e colaboradores (2022). Logo, para Lopes e Sathler (2022) é imprescindível uma atuação comprometida com a descolonização dos saberes e práticas psi, pautando ações nas cosmologias e epistemologias indígenas, historicamente silenciadas no âmbito da modernidade ocidental-colonial.

Por sua vez, Guimarães et al. (2020) contribuem para o diálogo entre as Epistemologias do Sul e o campo da saúde, com destaque para as relações entre a biomedicina e os saberes e práticas tradicionais, complementares e integrativas. O artigo indica que apesar do avanço na implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), os saberes da medicina tradicional de comunidades negras e indígenas seguem invisibilizados, reforçando a posição hegemônica do saber/poder colonial frente a práticas de cuidado consideradas alternativas no Brasil. O ensaio pontua que a descolonização do saber visa reconhecer a colonização do saber no campo científico da saúde biomedicalizada e validar práticas de cuidado contra-hegemônicas, como as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS). Logo, com o debate sobre a descolonização do poder, os autores compreendem as relações desiguais de opressão a diferença perante a cultura e cosmovisões intrínsecas a saberes e práticas de saúde. (Guimarães et al., 2020; Lopes; Sathler, 2022).

De modo complementar, o ensaio de Nunes e Louvison (2020) discorre sobre o processo de biomedicalização orientado pela monocultura da medicina ocidental moderna. Os autores destacam a necessidade de uma análise crítica da biomedicina, retomando tanto suas contribuições importantes quanto suas limitações, já que “[...] os saberes e práticas associados ao referido dissenso interno da saúde

biomedicalizada são levados a reconhecer os seus limites e as possibilidades de diálogo com outros saberes e práticas” (Nunes; Louviston, 2020, p.10).

Já o artigo de Olivar *et al.* (2022), a partir da experiência do projeto “Respostas Indígenas à COVID-19 no Brasil” reflete sobre a necessidade da descolonização da saúde pública e do conhecimento em saúde. Assim, considerou-se as possibilidades de produções colaborativas, como os “Cestos de Conhecimentos”, que são uma metáfora para descrever um conjunto de saberes e práticas transmitidos e compartilhados dentro de comunidades, sobretudo entre mulheres indígenas rionegrinas, e sua força enquanto experiência decolonial. Na prática, os “Cestos de Conhecimentos” articulam uma experiência de conhecimento comunitária e intergeracional, enfatizando a importância da transmissão de saberes entre as mulheres e a coletivo de suas comunidades. Nesse sentido, a metáfora dos “Cestos de Conhecimentos” foi utilizada para refletir sobre como uma prática cosmopolítica de cuidado pode ser compartilhada com pessoas não-indígenas, especialmente em contextos de crise como a do COVID-19, considerando as diferenças epistemológicas e de políticas ontológicas, assim como

questões associadas ao espaço híbrido, entre ética, política, teoria e metodologia de pesquisa, sem que seja possível reduzi-las a guias ou a enquadramentos burocráticos-administrativos de controle “ético” da pesquisa “em seres humanos” (Olivar *et al.*, 2022, p. 3).

Partindo de outros campos de problematização, temos diversos artigos que recorrem às Epistemologias do Sul, como a revisão narrativa da literatura de Medeiros *et al.* (2023) que investiga as interrelações das Epistemologias do Sul e o cuidado transcultural nas práticas em saúde no campo da Enfermagem. Por outro lado, Cassiano *et al.* (2021) refletem sobre as contribuições das Epistemologias do Sul para a atuação do enfermeiro obstétrico na atenção à mulher durante o processo de parto, levando em consideração o modelo de assistência humanizada em intervenções biomédicas, discutindo seus resultados em dois eixos. Um, relativo à descolonização do saber, que debate a valorização de práticas humanizadas e a desconstrução do conhecimento científico na assistência obstétrica hegemônica levando em conta os saberes populares marginalizados para a linha abissal do conhecimento pelo modelo biomédico, apontando para as condutas iatrogênicas devido à “exploração/colonização do corpo feminino como objeto de intervenção” (Cassiano *et al.*, 2021, p. 2). O segundo, traz o impasse entre o pensamento pós-abissal, a ecologia dos saberes e as práticas humanizadas de atenção ao parto e nascimento, onde se enfatiza a necessidade de uma reflexão crítica sobre a divisão entre práticas obstétricas científicas e humanizadas. Na sequência, os autores criticam também a separação de saberes entre médicos e enfermeiros obstétricos, sinalizando que essa dicotomia limita a troca de conhecimentos, perpetuando o pensamento abissal, sua lógica e efeitos.

Ainda no âmbito da enfermagem, Medeiros *et al.* (2023) organizam sua discussão três eixos. O primeiro, problematiza a dicotomia relacional dos saberes do Sul invisibilizados e minimizados pelos saberes do Norte, segundo a linha abissal colonial conceituada por Boaventura Santos. O segundo, propõe uma reflexão epistemológica e o diálogo entre os saberes e culturas a partir da ecologia dos saberes e da interculturalidade. Por fim, os autores debatem a descolonização do saber das práticas em saúde e o cuidado culturalmente congruente na enfermagem a partir da ideia de que o colonialismo tem base na relação epistemológica desigual de saber-poder e na opressão de saberes e práticas tradicionais no campo da saúde, do cuidado e do autocuidado. Nesse contexto, Medeiros *et al.* (2023) apresentam a Teoria da Universalidade e Diversidade do Cuidado Cultural (TUDCC), proposta por Madeleine M. Leininger, como contribuição para a atuação de profissionais da enfermagem à medida que busca valorizar a diversidade de culturas e pluralidades contra hegemônicas uma vez que a atuação no contexto do cuidado transcultural se compromete com o

[...] mútuo conhecimento e respeito, de modo a produzir uma prática de saúde alicerçada nos sistemas populares e profissionais, no sentido da descolonização do saber, assim, valorizando o conhecimento que está ao sul da linha abissal, fruto do pensamento pós-abissal (Medeiros *et al.*, 2023, p. 44).

Em um contexto mais transdisciplinar, o artigo de Furtado *et al.* (2022) analisa a experiência de três alunos de pós-graduação na disciplina de Autoetnografia durante o período inicial da pandemia de COVID-19. No que diz respeito ao processo de formação, os autores argumentam que esse tipo de metodologia ajuda a compreender os determinantes sociais e culturais da saúde. Os resultados e discussão de Furtado *et al.* (2022) foram categorizadas em três partes que se inter-relacionam: 1) Autoetnografia como prática terapêutica, 2) Autoetnografia como prática decolonial e 3) Autoetnografia como prática de ensino. Dando foco ao segundo tópico, os autores comprehendem que a autoetnografia, enquanto metodologia alinhada aos princípios decoloniais, desloca as reflexões para questões socioculturais veladas, como as relações de poder e opressão e a discussão de discursos silenciados pelas estruturas de dominação colonial, destacando a desconstrução do epistemicídio e a relação da autoetnografia com as Epistemologias do Sul. Outro debate levantado por Furtado *et al.* (2022), que se alinha a outros artigos revisados nesta pesquisa, é a conexão entre a perspectiva decolonial e os relatos de experiência na formação e vivência universitária, tema da próxima seção.

Formação profissional em saúde e decolonialidade em relatos de experiência

Posto isso, identificamos que dos 19 artigos que compõem nossa amostra, 6 articulam a perspectiva decolonial aos relatos de experiência na formação e vivência acadêmica no campo da saúde (Brandão, 2022; Furtado *et al.*, 2022; Rosa; Alves 2020; Siqueira; Ramos, 2021; Silva *et al.*, 2023b; Souza, 2019). Dentre esses, Furtado e colaboradores (2022), abordam a autoetnografia como prática pedagógica que propõe a decolonização da educação, visando formar profissionais de saúde comprometidos com um cuidado mais centrado na pessoa, conforme defendido por Paulo Freire. Assim, o artigo destaca que

[...] a formação tecnicista do farmacêutico cria apagamento da subjetividade dos estudantes e também dos pacientes, quando o profissional formado ingressa no mercado de trabalho. Um currículo que não permite a expressão e a conexão nesse período delicado pode favorecer agravamentos na Saúde Mental, além de contribuir para um alienamento do profissional em relação às questões sociais e culturais (Furtado *et al.*, 2022, p. 8).

Por sua vez, Brandão (2022) faz um relato de experiência e narrativa autoetnográfica sobre a relação professora-aluna no mestrado em Saúde Coletiva. Desse encontro, surgiram reflexões sobre a perspectiva sociocultural que abrange corpo, saúde e doença para além da abordagem biomédica hegemônica no curso de mestrado em nutrição. A autora relatou que o olhar ético-político matizado com o aporte interseccional foi capaz de promover uma desconstrução epistemológica com relação às prescrições médicas, nutricionais e estéticas dos corpos, principalmente os corpos femininos. Ademais, a autora destaca que a busca por saberes e epistemes que forneçam ferramentas teórico-metodológicas mais potentes para a compreensão do mundo que vivemos, a partir de contextos socioculturais diversos e da problematização da instituição das inferioridades culturais historicamente construídas. A desconstrução epistemológica da ciência hegemônica com base em referências decoloniais, especialmente o feminismo negro decolonial enfatizado no texto, desmistifica as abordagens e textos tidos como científicos, universais e neutros, que são mediados por valores misóginos e racistas derivados do processo de colonização “daqueles conhecimentos, tidos como universais e atemporais, transmitidos por gerações” (Brandão, 2022, p. 5).

De forma distinta, o artigo de Rosa e Alves (2020) busca compreender os percursos de (re)existência

em meio à invisibilidade e ao silenciamento impostos pelo racismo institucional nas vivências de estudantes negros e negras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no *setting terapêutico* de estágios curriculares obrigatórios do curso de psicologia na perspectiva de contribuir para uma escuta psicológica qualificada também para a escuta de demandas e impasses relacionados às relações étnico-raciais. A pesquisa traça um panorama dos desafios e resistências que permeiam a trajetória desses estudantes no espaço universitário. O referencial teórico-metodológico do projeto de extensão e do artigo parte do pensamento crítico descolonial, projeto busca dar voz e visibilidade de pessoas negras. Referenciando autores como Djamila Ribeiro e Fanon, Rosa e Alves (2020) argumentam sobre a máscara de silenciamento dos modos de existência de pessoas negras e como a condição existência dessas pessoas estão permeadas pelas noções de não-humanidade e de não-ser, efeitos da colonialidade.

Já o artigo de Siqueira e Ramos (2021) analisou os processos de subjetivação de quatro estudantes negros de graduação e pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB). Adotando uma perspectiva decolonial em uma pesquisa qualitativa com método construtivo-interpretativo, os pesquisadores compreenderam que as fricções vivenciadas entre epistemologias eurocentradas e as provenientes das realidades sociais de pessoas negras impulsionaram (re)configurações subjetivas e o aquilombamento acadêmico se configurou como sinônimo de sobrevivência e saúde mental. O aquilombamento é conceituado como estratégia que teve como expoentes contra a suposta igualdade racial no Brasil, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez e, posteriormente, psicólogos sociais que invertem o lócus de investigação sobre raças no Brasil, partindo para a análise da branquitude. A pesquisa demonstra a importância de romper com a lógica eurocêntrica nas universidades e de reconhecer “a relação direta entre colonização e racismo como dimensão fulcral na constituição do sistema-mundo moderno/colonial e do capitalismo” (Siqueira; Ramos, 2021, p. 4), uma vez que a universidade atua enquanto instituição colonial eurocentrada preparada historicamente para uma elite intelectual brasileira. O estudo contribui para o debate sobre as experiências de estudantes negros no ensino superior brasileiro e para a descolonização do conhecimento, visto que o impacto do ingresso de pessoas negras na universidade “pode ser também um momento de sofrimento, de rejeição, introjeção do racismo estrutural e auto sabotagem” (Siqueira; Ramos, 2021, p. 4). Por fim, o se constata que o encontro com coletivos negros na universidade contribui para o acolhimento afetivo de pessoas negras, como um modo de se pensar e reestruturar a experiência universitária.

Seguindo uma linha de raciocínio próxima a essa, Souza (2019, p. 191) parte dos percursos de seu saber-corpo dentro do campo da saúde coletiva, propondo a localização e corporificação do conhecimento, em um movimento que a autora entende que traria “[...] o corpo de volta ao processo de produção de saberes na academia, o que considero um necessário ato de rebeldia contra a ciência moderna colonizadora.”

Em contrapartida, na área da enfermagem, Silva *et al.* (2023b) trazem um relato de experiência de uma aula ministrada para acadêmicos de enfermagem sobre racismo e ações afirmativas e antirracistas a fim de contribuir para a formação decolonial de estudantes de enfermagem e desconstruir a ideia de neutralidade racial no campo da saúde. Sem usar o termo colonialidade do saber ou epistemicídio, os autores fazem críticas à colonização epistemológica eurocentrada que marca as relações étnico-raciais até hoje sob a forma de discriminação e exclusão social. A argumentação dos autores parte de dados do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), os quais revelam que, de modo geral, a profissão de enfermagem é predominantemente feminina, negra e de classe social baixa. Outro argumento do artigo é a disparidade racial gerada pela colonização no Brasil produz efeitos nefastos para pessoas negras tenham acesso formação profissional, tendo em vista que pessoas brancas possuem graduação em enfermagem e pessoas negras que possuem formação auxiliar ou técnica. Como apontado no artigo de Siqueira e Ramos (2021), a política de cotas contribui para a maior inclusão de pessoas negras e indígenas em universidades desconsidera epistemologias dessas populações.

As desigualdades e disparidades raciais tematizadas no segundo eixo temático no artigo de Silva *et al.* (2023b) com o nome “Racismo: cuidado e teoria” reiteram a necessidade de organizar determinantes da saúde da população negra a partir de aproximação de teóricos como Frantz Fanon e Neusa Santos Souza, que abordam o racismo como determinante da saúde da população negra em geral e de saúde

mental, em específico.

Apoiado em aportes teóricos que dialogam diretamente com a obra de Frantz Fanon, Lanza (2021) apresenta as contribuições teóricas do pensamento de Neusa Santos Souza, Grada Kilomba e Sueli Carneiro para propor alguns balizadores para um projeto clínico psicológico decolonial. Ressaltando a importância da localização do saber para o enfrentamento do racismo através do autorrelato e o exercício profissional da psicologia, Lanza (2021, p. 1146) apresenta as contribuições de Frantz Fanon no contexto da psicologia clínica e a compreensão do autor sobre o “colonialismo enquanto uma estrutura socioeconômica e enquanto um fenômeno micropolítico, produtor de subjetividades e sofrimentos”. Ao considerar que a psicologia no Brasil se estruturou com referenciais de pensadores não-latino-americanos, do centro do capitalismo global, comprehende-se que tal pensamento não dá conta da realidade complexa que fazem parte da realidade latino-americana, visto a inadequação de aportes teóricos sobre os marcadores coloniais, como os impactos psicosociais da opressão do colonialismo e do racismo institucional “[...] muito presente na área da saúde, para além da psicologia”. (Lanza, 2021, p. 1149). Logo, os estudos decoloniais como o de Frantz Fanon, aparecem como antídoto contra a invisibilidade de questões étnico-raciais no contexto brasileiro e chave para a integralidade da saúde, uma vez que,

apesar de haver a Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da População Negra, esse fenômeno da invisibilização da discussão sobre raça na psicologia afeta o campo da área da saúde como um todo. Entre os profissionais da saúde, há uma naturalização das desigualdades raciais que impedem o questionamento e a promoção da saúde de modo pleno. (Lanza, 2021, p. 1149)

Por outro lado, Miranda e Félix-Silva (2022) entrecruzam as concepções de subjetividade de Guattari com o conceito de sociogênese de Fanon para destacar a indissociabilidade entre processos sociais, políticos e econômicos na formação das subjetividades. Os autores dialogam diretamente com o texto *Pode o subalterno falar?* de Gayatri Spivak (2010) para questionar a capacidade da clínica psicológica ouvir subjetividades periféricas. Miranda e Félix-Silva (2022, p. 5) problematizam os processos de subjetivação e dessubjetivação para análise de marcadores históricos que estão inscritos nas subjetividades periféricas no Brasil situando que o colonialismo e a colonialidade do poder, do saber e do ser se organizam como “um centro ontológico, econômico, político, social, cultural, e epistemológico a partir de marcadores étnico-raciais, de classe, gênero e sexualidade etc.”. Ademais, na prática clínica da psicologia brasileira, os autores comprehendem que o centro se manifesta na predominância de epistemologias eurocêntricas, que dificulta a escuta e a análise das subjetividades periféricas. Por fim, os autores reconhecem os avanços da diversificação e habitação de outros cenários para além do *setting* terapêutico tradicional e propõem a descolonização da psicologia a partir da

revisão das referências teórico-metodológicas de nossas clínicas em consonância da criação de outros *ethos*, outras disposições clínicas para dar conta de escutar as realidades mentais, sociais, territoriais que constituem o trabalho da Psicologia (Miranda; Félix-Silva, 2022, p. 9).

De modo complementar, o ensaio de Souza (2019) debate sobre a possibilidade de fala do subalterno a partir da sua própria vivência de saber-corpo dentro do campo da saúde coletiva. Enquanto território que circula e é atravessado intuições, a autora suscita um debate crítico ao modelo de produção do conhecimento científico moderno ocidental, que ignora as experiências e saberes que emergem dos corpos fora da norma, privilegiando o “conhecimento percebido como legítimo é o produzido a partir da mente do macho-branco-europeu” (Souza, 2019, p. 191) em detrimento de outros saberes. Nesse sentido, Souza (2019) comprehende que no contexto brasileiro o corpo branco cis-heterossexual foi normatizado, assim

como as estruturas institucionais acadêmicas em termos de produção acadêmica no campo da ciência e saúde é construída por um sistema eurocêntrico-branco-racista-classista, considerando a "hegemonia de corpos brancos dentro das universidades brasileiras, a saúde coletiva resiste firmemente em entender que o racismo é o elemento fundacional do Estado moderno brasileiro" (Souza, 2019, p. 193). Trata-se assim da deslegitimização do saber-corpo dos que fogem ao corpo ideal que impacta diretamente no "desenho de políticas públicas, quando o corpo que está pensando as políticas de saúde é o corpo branco cis-heterossexual" (Souza, 2019, p. 192). Partindo do feminismo negro decolonial, Souza (2019) fala sobre o descrédito da produção acadêmica de mulheres negras, ou seja, o silenciamento e epistemicídio de saberes provocado pela branquitude acadêmica enunciada como neutra e imparcial. Considerando tais questões, Souza (2019) traz o debate racial e outros marcadores da diferença interseccionais como gênero e classe para o campo da saúde coletiva a fim de reconhecer o colonialismo e suas implicações no Sistema Único de Saúde (SUS). Ademais, é enfatizada a importância da criação da Programa Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), mas destaca-se a necessidade de uma abordagem mais de fato integrada e eficaz para garantir o direito nas práticas em saúde.

Por outro lado, para abordar as diferentes formas de construção de conhecimentos, Vasconcelos, Oliveira e Rodrigues (2023) destacam em seu artigo a força disruptiva do folgado dos Parafusos, não apenas como expressão cultural, mas também como estratégia de resistência e subversão que promove novos modos de pensar e narrar na psicologia. O folgado é uma dança tradicional que, no contexto sergipano, tem forte manifestação cultural com o Grupo Parafusos. Com isso, usando a metáfora dos Parafusos os autores sugerem uma crítica às práticas tradicionais da Psicologia, propondo uma abordagem que valorize as experiências locais e as descontinuidades históricas, em vez de seguir narrativas lineares e homogêneas. Essa proposta busca não reforçar os colonialismos contemporâneos, compreendendo "um devir de lutas e enfrentamentos contra modos de pensar que se querem hegemônicos, homogêneos, a-históricos e paralisantes". (Vasconcelos; Oliveira; Rodrigues, 2023, p. 4). O artigo coloca em questão as possibilidades de criação de tais composições de saberes e fazeres, como pesquisas autoetnográficas (Castro; Mayorga, 2019; Furtado et al., 2022; Brandão, 2022) que para Vasconcelos, Oliveira e Rodrigues (2023, p. 9)

[...] despontam alguns desafios, como operar com uma ideia-método genealógica e cartográfica com força para fazer da escrita uma experiência polifônica, múltipla, constituída por vários platôs de análise coletiva, inventar procedimentos metodológicos que sigam nessa direção, como, por exemplo, devolver, ao campo de pesquisa constituído, trechos de diários de campo, de entrevistas, numa espécie de análise e restituição coletiva e processual, com a pesquisa e seu problema ainda em movimento.

No mesmo sentido, mas voltado a populações indígenas, o artigo de Guimarães (2022) argumenta em favor do compromisso ético da psicologia de dialogar com pessoas, comunidades e concepções indígenas, para que sua relação com os povos indígenas não reproduza violências epistêmicas colonialistas, visto que "a psicologia, inevitavelmente, está posicionada ante os efeitos do colonialismo, muitas vezes implícitos nas teorias e irrefletidos nas práticas profissionais" (Guimarães, 2022, p. 11). O texto afirma que a psicologia deve considerar reflexões dos sistemas indígenas de organização da experiência, questionando a universalidade e generalidade das teorias psicológicas dominantes e promovendo espaço de partilha, sendo necessário revisões conceituais e teórico-práticas para descolonizar, como indicado também por Miranda e Félix-Silva (2022), na qual qualificar a psicologia indígena viabiliza

[...] o reconhecimento de dimensões vedadas, resistentes e obscuras da experiência, explicitando a necessidade da partilha dos saberes psicológicos no diálogo com os saberes indígenas como condição para o avanço da psicologia na direção de demandas sociais prementes do mundo contemporâneo, marcado pela intensificação de polarizações

prejudiciais à vida no planeta. (Guimarães, 2022, p. 11).

Diferenciando-se de todos os temas apresentados em nossa amostra do eixo formação e atuação profissional, o artigo de Guimarães (2023) apresenta uma revisão integrativa de literatura em diversas áreas de conhecimento que abordam o tema do ato infracional na adolescência. A revisão recorre o estado atual da produção de saberes científicos nesse campo, abrangendo subáreas como Saúde Coletiva, Saúde Pública, Antropologia, Sociologia, Políticas Públicas, História, Psicologia, Educação, Linguística, Direito, Serviço Social e Criminologia. Apesar dos trabalhos analisados por Guimarães (2023) apresentarem perspectivas importantes sobre a problemática, os resultados revelam, em geral, saberes fragmentados e polarizações discursivas das áreas de conhecimento que pouco dialogam entre si. Para uma compreensão mais ampla e complexa do fenômeno da delinquência juvenil, a transdisciplinaridade é colocada como uma forma de superar as fronteiras disciplinares tradicionais, integrando diferentes perspectivas, teorias e metodologias. Como movimento crítico e subversivo, a decolonialidade é abordada no artigo como perspectiva que colabora para transcender as práticas hegemônizadas do exercício de poder-saber-fazer fundamentadas em ideologias eurocentradas.

Em síntese, os artigos que incluímos neste artigo trazem diferentes maneiras de abordagem decolonial para os campos da formação e da atuação profissional em saúde. Nesse sentido, compreendemos a diversidade de temas abordados em cada artigo é ponderada por Guimarães (2023, p.23) ao considerar que “o pensamento crítico, decolonial, complexo e transdisciplinar parece ser orientação elementar a uma ciência que integre distintos saberes e rompa com silenciamentos, divisões, oposições e hierarquizações estanques”. Em geral, os temas relacionados à saúde em nossa amostra deste artigo priorizam uma leitura crítica a partir da perspectiva decolonial como uma forma de dar visibilidade a epistemes que resistem às hegemonias, como indicado com precisão por Castro e Mayorga (2019), bem como para a criação de ferramentas teórico-metodológicas a partir de uma relação dialógica dos saberes em saúde, entendida como um movimento decolonial de desconstrução epistêmica.

Considerações finais

Por fim, os principais pontos que podemos destacar de nossa revisão integrativa acerca das interfaces entre colonialidade, formação e atuação profissional nas práticas em saúde podem ser condensados nas seguintes pautas: (1) reconhecer criticamente as desigualdades históricas e sociais nas práticas de saúde, levando em consideração a construção epistemológica desigual de saber-poder; (2) promover diálogos entre diferentes saberes no âmbito de uma ecologia dos saberes; (3) desenvolver metodologias de pesquisa que valorizem as experiências e perspectivas de grupos marginalizados, buscando romper com epistemicídio de saberes; e (4) formar profissionais críticos e reflexivos, capazes de atuar em contextos complexos e diversificados, promovendo caminhos para recuperar vozes e saberes que foram historicamente silenciadas.

Logo, a perspectiva decolonial nos parece interessante ao contexto da formação, da atuação profissional e das práticas em saúde para problematizar as estruturas de poder e conhecimento que perpetuam as desigualdades no campo da saúde. Ao questionar os saberes hegemônicos e valorizar epistemologias subalternizadas, outros modos de conhecer e compor práticas de saúde, a decolonialidade abre caminho para a construção de práticas de cuidado mais justas e equitativas. No entanto, a descolonização da saúde é um processo complexo e desafiador, que exige a participação ativa de estudantes, profissionais, pesquisadores, gestores e comunidades. Portanto, entendemos que é fundamental a crítica e um desprendimento epistêmico dos saberes provenientes do Norte Global e a orientação para a formação comprometida com práticas implicadas com os territórios que elas habitam, buscando promover o diálogo transdisciplinar e fortalecer as redes de colaboração entre diferentes atores sociais. Para isso, se faz necessário investir em ações de formação e educação continuada, afinal, a decolonialidade e a descolonização dos saberes e das práticas em saúde é menos um objetivo estático a

ser alcançado que um processo inacabado e contínuo de aprendizado e transformação.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89–117, maio 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2023.

BEZERRA, P. A.; CAVALCANTI, P.; MOURA, L. B. de A. Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. Physis: *Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33025, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/Rw4fbt4QXGdWFnJhgTrwG5z/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRANDÃO, E. R. Gênero, ciência e Saúde Coletiva: desconstruindo paradigmas na formação interdisciplinar universitária. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 26, p. e210334, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Q8Hk48ktysKqNfTfhTBRhdz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CASSIANO, A. do N. et al. Atuação do enfermeiro obstétrico na perspectiva das epistemologias do Sul. *Escola Anna Nery*, v. 25, n. 1, p. e20200057, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/Nc7rYHPjVdtdTdgDvrLjt5C/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CASTRO, R. D. de.; MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. *Pesqui. prát. psicossociais*, São João del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-18, set. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011. Acesso em: 16 fev. 2024.

COSTA-ROSA, A. *Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica*: contribuição a uma Clínica Crítica dos Processos de Subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: UNESP, 2013.

FURTADO, B. T. et al. Autoetnografia colaborativa em tempos de pandemia: uma experiência de ensino-aprendizagem terapêutica e decolonial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 26, p. e210140, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/nDGHLzsMCZRbrtnN7HQXnVC/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GUIMARÃES, A. Ontologias da adolescência e ato infracional: uma revisão integrativa da década (2011-2020). Physis: *Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33008, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/wFkQTTrZKw4pLxNmh3qzVNN/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GUIMARÃES, D. S. A Tarefa Histórica da Psicologia Indígena diante dos 60 anos da Regulamentação da Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, n. spe, p. e263587, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hWnkLrRzggdBjqVcRwzZ6c/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GUIMARÃES, M. B. et al. As práticas integrativas e complementares no campo da saúde: para uma descolonização dos saberes e práticas. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 1, p. e190297, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/B4xk3VVgGdNcGdXdh3r4n6C/>. Acesso em 16 fev. 2024.

LANZA, H. R. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1144-1159, dez. 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812021000300017. Acesso em: 8 fev. 2024

LOPES, D. C.; SATHLER, C. N. O Papel da(o) Psicóloga(o) na Saúde Indígena. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e240841, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4vPTz7VcMBLytzLDnjcNmM/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MEDEIROS, H. P. da S. et al. Interrelações das Epistemologias do Sul e o cuidado transcultural nas práticas em saúde e Enfermagem. *Escola Anna Nery*, v. 27, p. e20220443, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/WnyhZSTWtB54ySXPKpbBvVw/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a

incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758–764, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

MIRANDA, D. W.; FÉLIX-SILVA, A. V. As Subjetividades Periféricas e os Impasses para a Descolonização da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e264143, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/c9dvXwsycCnM6ddCWNTCgTB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2024.

NASCIMENTO, W. F. do.; MARTORELL, L. B. A bioética de intervenção em contextos descoloniais. **Revista Bioética**, v. 21, n. 3, p. 423 – 431, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/DB3X3vCy3TwKLbVFwJ9fhnk/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

NUNES, J. A.; LOUVISON, M. Epistemologias do Sul e descolonização da saúde: por uma ecologia de cuidados na saúde coletiva. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 3, p. e200563, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ausoc/a/8XdsBw8dwhVQfr7B4ccBvVH/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

OLIVAR, J. M. N. et al. Tecer outro Cesto de Conhecimentos? Pesquisa colaborativa e remota na pandemia de covid-19. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p. e220452pt, 2022. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ausoc/a/cXTbtTKZmPhpf3tL88KM6vz/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PRADO, G. Coloniality and perspectivism in psychology: from damnation to ecosophical care relations. **International Review of Psychiatry**, p. 1-7, 2020. <https://doi.org/10.1080/09540261.2020.1765747>. Acesso em 28 jan. 2023.

ROSA, E. G. da.; ALVES, M. C. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, n. spe, p. e229978, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/d5kWsM4mt5fPmjPMPRYJKS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SILVA, D. G da. et al. Governamentalidade e política da verdade como cuidado e resistência. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 65-79, 2023a. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12475>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SILVA, L. S. A. H. da. et al. Construindo uma narrativa antirracista para a formação em enfermagem: relato de experiência de uma ação afirmativa em sala de aula. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 25, 2023b. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/73996>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SIQUEIRA, J. P.; RAMOS, R. M. As (re)configurações subjetivas e identitárias de negros na Universidade: Fricções epistêmicas e aquilombamento acadêmico. **Quaderns de Psicología**, v. 23, n. 3, e1766, 2021. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n3-siqueira-ramos/1766-pdf-pt>. Acesso em: 15 fev. 2024.

SOUZA, F. de A. O saber-corpo e a busca pela descolonização da saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe8, p. 189–202, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/jHN7m3PRw6RfkV6pT3gSBrH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VASCONCELOS, M. de F. F. de.; OLIVEIRA, S. R. S. de.; RODRIGUES, H. O. Por uma Pesquisa e Escrita Parafusos: Pulos, Rodopios e Invenções de Si. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e243588, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bYC6TcNWQ8hhKCTdBSXMKMy/>. Acesso em: 16 fev. 2024